



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

**ATA DA 10ª REUNIÃO DO CONDEL, REALIZADA
EM 29 DE JULHO DE 2010, NO MUNICÍPIO DE RECIFE (PE).**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

ATA DA 10ª (DÉCIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE, REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2010, NO MUNICÍPIO DE RECIFE (PE).

Aos 29 dias do mês de julho do ano de 2010, às 14h45min, no Auditório do Conselho Deliberativo na Sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em Recife – PE, sob a condução do Excelentíssimo Senhor Nelson Machado, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, teve início a 10ª Reunião Ordinária do CONDEL/SUDENE, com as presenças dos membros Conselheiros: Exmo Senhor João Lyra Neto, Vice-Governador do Estado de Pernambuco (suplente); Exmo Senhor Francisco José Pinheiro, Vice-Governador do Estado do Ceará; Senhor Paulo Sérgio de Noronha Fontana, Superintendente da SUDENE e Secretário-Executivo do CONDEL (titular); Senhor José Sydrião de Alencar Júnior, Diretor de Gestão de Desenvolvimento do Banco do Nordeste (suplente); Exma. Senhora Prefeita Micarla Araújo de Sousa Weber, Representante da Frente Nacional dos Prefeitos – FNP (titular); Senhor Roberto Proença de Macedo, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI (titular); Senhor Francisco Valdeci de Souza Cavalcanti, Representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC (titular); Senhor José Fernando Pereira Da Costa, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI (titular); Senhor Osanan Gonçalves dos Santos, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC (titular); Senhor Genivaldo Oliveira Da Silva, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (suplente); além das Excelentíssimas Autoridades convidadas: Exma. Senhora Lúcia Falcón, Secretária de Planejamento do Estado de Sergipe; representando o Exmo. Senhor Governador do Estado de Sergipe, Exma. Senhora Janesmar Camilo de Mendonça Cavalcante, Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado de Alagoas, representando o Exmo. Senhor Governador de Alagoas; Exmo. Senhor José Antônio Bof Buffon, Presidente do Banco do Estado do Espírito Santo, representando o Exmo. Senhor Governador do Estado do Espírito Santo; Exmo Senhor Francisco Cipriano Segundo, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Norte, representando o Exmo. Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Norte; Exmo Senhor Antônio Valença, Secretário de Planejamento do Estado da Bahia, representando o Governador do Estado da Bahia e o Exmo Senhor Osman Bernardo Dantas Cartaxo, Secretário de Planejamento do Estado da Paraíba, representando o Exmo. Senhor Governador do Estado da Paraíba e a Exma. Senhora Maria da Conceição Duarte de Andrade, Coordenadora Geral dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Ministério da Integração Nacional. Foram convidados à mesa os palestrantes: Senhora Ivone Valente, Secretária Nacional de Defesa Civil e integrante do Gabinete de Crise da Presidência da República, Senhora Liana Carleial, Diretora de Estudos e Políticas



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, Senhor José Alan Teixeira, Superintendente da Área de Recursos de Terceiros do Banco do Nordeste e Senhor José Wellington dos Santos, Coordenador Geral de Instrução de Processos do Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos do Ministério da Integração Nacional. Inicialmente o Mestre de Cerimônia, agradecendo a presença de todos, solicitou que os Senhores Conselheiros e representantes tomassem seus lugares e, em nome do da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, expressou a grande satisfação em poder contar com as notórias presenças. Em seguida, transmitiu a palavra ao Presidente do Conselho Deliberativo, Exmo. Senhor Nelson Machado, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, para dar início aos trabalhos. O Exmo. Senhor Nelson Machado, que saudou o Vice-Governador, os demais Conselheiros presentes e a todos que estavam na platéia, solicitou ao Senhor Paulo Fontana a verificação de *quorum*. O Senhor Paulo Fontana decidiu fazer oralmente uma chamada, visto que, alguns Conselheiros estavam iniciando sua gestão nessa reunião. Ainda foi solicitado que fosse feita anotação de cada um dos presentes com direito a voto, resultando em 9 (nove) Conselheiros votantes. Sendo assim, não havendo *quorum* suficiente para que houvesse votação na reunião, implicando em sua realização, com exposição dos pontos da pauta e a aprovação *ad referendum* e, posteriormente, encaminhado aos demais Conselheiros o resultado final apresentado e enviado para ser homologado pelo Presidente do Conselho Deliberativo da Sudene. O Secretário-Executivo do CONDEL/SUDENE, Senhor Paulo Fontana, continuou solicitando ao Banco do Nordeste que fizesse uma apresentação sobre o relatório do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE de 2009, 1º item da pauta, não havendo representação do BNB, no momento, o Senhor Paulo Fontana decidiu passar ao segundo item, que seria a apresentação de proposta das diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do FNE para o exercício de 2011, convidando o Assessor, Vernon George Walmsley, da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas – DPLAN/SUDENE, que cumprimentou os Conselheiros e representantes, iniciando sua apresentação. Enfatizou que a lógica, da escolha das prioridades para o FNE e FDNE, foi não fazer alterações muito significativas, já que estas medidas seriam para 2011, ano de encerramento do Plano Plurianual (PPA) atual. Portanto, foram feitos ajustes que as circunstâncias exigiram e inseridas as solicitações dos estados e ministérios. Em relação ao FNE, colocou os elementos balisadores que seriam a Portaria Nº 456 de 07 de 06 de 2010 do MI (diretrizes e orientações gerais para os fundos constitucionais de financiamento); as Prioridades Espaciais, o Semiárido; RIDEs de Petrolina/Juazeiro e Teresina/Timon; e as Mesorregiões definidas como prioritárias; municípios classificados como de baixa renda na PNDR. Ressaltou, como elementos básicos da Programação 2011, o orçamento (especificando fontes e usos), as aplicações por Unidades da Federação (UF), o porte do mutuário, a indicação de cada UF e as recomendações do CONDEL/SUDENE com seus beneficiários e limites financiáveis, prazos e condições de cada operação. Destacou as diretrizes gerais tendo o FNE como instrumento de inclusão social produtiva, tratamento diferenciado e favorecido aos espaços definidos como prioritários na Política Nacional de



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Desenvolvimento Regional (PNDR), apoio preferencial aos mini e pequenos produtores e empresas, difusão da inovação na economia regional e a valorização da identidade e diversidade da cultura regional com ênfase à sustentabilidade ambiental. E por fim as prioridades setoriais, a saber, os empreendimentos que se articularem e potencializarem o PAC e o PRODETUR, a agroindústria, os centros de convenções vinculados aos complexos turísticos, as arenas multiusos nas cidades-sede da copa do mundo de 2014 e também o comércio e serviços gerais. Explicitou os limites de financiamento do FNE, com relação ao porte do empreendimento (Micro, Mini e Pequeno Porte; Médio Porte; Grande Porte) e a tipologia da região, colocando que a classificação dos municípios era de acordo com a tipologia da PNDR e que foi indicado, pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, os limites também aplicáveis aos municípios localizados no Semiárido e nas Mesorregiões do Bico do Papagaio, da Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Xingó e Águas Emendadas (situados na área de atuação da SUDENE) classificados nas tipologias “Média Renda Estagnada, Baixa Renda Dinâmica e Média Renda Dinâmica e os limites também aplicáveis aos municípios localizados no Semiárido e nas Mesorregiões do Bico do Papagaio, da Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Xingó e Águas Emendadas (situados na área de atuação da SUDENE), classificados na tipologia “Alta Renda”. Finalizando sua explanação. Neste momento, o Superintendente da Sudene foi questionado pelo Vice-Governador de Pernambuco, lembrando que em 2008 o Condel discutira a questão sobre o Sistema Prisional em Pernambuco, perguntando ao Assessor se este item estaria qualificado como Comércio e Serviços Gerais, o Senhor Vernon respondeu que, em sua opinião, o Sistema Prisional, estaria junto a Infraestrutura Social, pois se fosse caracterizado como Serviço ficaria complicado para o empreendimento ser enquadrado para o financiamento de investimento fixo. O Vice-Governador colocou que em 2008, fora uma resolução do Condel de enquadrar o Sistema prisional como Comércio e Serviços Gerais, e que era de sua opinião que fosse estendido desta forma para o ano de 2011, o que foi aceito pelo Superintendente e pelo Assessor. O Secretário-Executivo do Condel perguntou se haveria algum questionamento sobre o assunto e o representante da CNC, indagou se as obras do sistema prisional forem enquadradas como Comércio e Serviços, as verbas destinadas para tal, seriam retiradas do setor, não concordando, pois, no que se trata do Piauí, seu Estado, não tinha chegado, até o momento, verbas que foram destinadas especificamente para auxiliar o setor de Comércio e serviços tão castigados pelas enchentes, e ressaltou que, se forem retirados recursos para obras de Governo, como seria o Sistema Prisional, desfalcariam, ainda mais, os recursos, gerando desemprego, etc. E acrescentou que este setor deve ser preservado, pois, é gerador de riquezas. O Assessor Vernon ponderou, concordando com o Conselheiro, e levantou que este assunto tinha sido discutido amplamente em 2008, porém, não impedia de ser instalada uma moção pelo Conselho para que houvesse a modificação. O Superintendente interveio, na discussão, dizendo que o assunto ainda iria ser discutido em cada Estado, o que daria margem para uma certa



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

flexibilização, dependendo da situação de cada ente federativo. E ainda salientou que depende da demanda, exemplificando que existia o limite de 40% do FNE para ser aplicado nas micro e pequenas empresas e somente fora aplicado em torno de 25%. O que levou a Sudene e o BNB pensarem em realizar o FNE Itinerante para alcançar o valor recomendado nas diretrizes e prioridades do Fundo constitucional. O Senhor Vernon complementou que, no ano de 2009, o setor de Comércio e Serviços superou o limite, estipulado para o setor, em torno de 3%, ajustando-se à demanda de crédito. O Secretário-Executivo passou a palavra para a Senhora Maria da Conceição Duarte de Andrade, Coordenadora Geral dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Ministério da Integração Nacional que complementou esclarecendo que o BNB aplica de acordo com a programação que é estabelecida para o ano em curso, e por Lei, para cada setor existe um limite e, no caso de Comércio e Serviços seriam os 20% para o total do Fundo, que realmente este setor ultrapassou em 2 ou 3%, mas, ponderou que o BNB iria ser questionado pelos órgãos de controle. Lembrou ainda, que o Sistema Prisional fora enquadrado em Comércio e Serviços, com base nos pareceres jurídicos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, do BNB, do Ministério da Integração, do Ministério do Planejamento e pelo jurídico da Sudene. Retomando a palavra, o Senhor Paulo Fontana, passou ao próximo assunto da pauta, ainda com a apresentação das diretrizes e prioridades para o FDNE, Fundo este, gerido pela Sudene e operacionalizado pelo BNB. O Senhor Vernon, continuou com a explanação. Iniciou colocando que, a lógica atribuída para a definição das diretrizes e prioridades do FDNE/2011, foi a mesma anteriormente apresentada para o FNE. Destacou que o FDNE tem dois elementos balisadores que seriam a Portaria Nº 459 de 07 de junho de 2010 do MI (diretrizes e orientações gerais para os Fundos Regionais de Desenvolvimento) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Continuou relacionando as prioridades espaciais do FDNE: a região do Semiárido; as RIDEs de Petrolina/Juazeiro e Teresina/Timon; as Mesorregiões diferenciadas e as microrregiões classificadas como de baixa renda dinâmicas ou estagnadas (nos termos do Decreto Nº6.047 de 22 de fevereiro de 2007). Lembrou que nos documentos que foram entregues aos Conselheiros estão relacionadas todas diretrizes e prioridades, porém, chamou atenção para alguns setores prioritários, que seriam o grande gargalo para o desenvolvimento regional, entre eles, o setor de infraestrutura, como a energia (inclusive aquelas de fontes renováveis), transporte (inclusive multimodais), telecomunicações, gasodutos, portos e terminais, abastecimento de água e esgotamento sanitário. Confirmou a Indústria Extrativa, os setores primários e agroindustriais, a indústria de transformação, porém, ressaltando a fabricação de máquinas, aparelhos, equipamentos e sistemas eletrônicos, que seria o apoio a produção de bens de capital, chamou atenção também para os setores com ênfase na Inovação Tecnológica e por fim o Setor de Serviços, onde estão incluídos o turismo, a logística, os centros de convenções, também, como o caso do FNE, vinculados ao complexo hoteleiro. E finalizando destacou a logística que estaria muito relacionada com a infraestrutura. Retomando a palavra o Secretário-Executivo do Condel perguntou se alguém gostaria de fazer o uso da palavra. Neste momento, o Vice-Governador de Pernambuco



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

solicitou a dispensa de sua presença devido aos compromissos assumidos anteriormente, e em seu lugar, convidou o Secretário de Planejamento do Estado, Senhor Geraldo Júlio, para sentar-se a mesa. O Superintendente esclareceu que, nos últimos dois anos, apenas os projetos de Infraestrutura têm requerido o FDNE, com exceção de um projeto industrial e outro de distribuição de energia, o restante ficou atrelado à área de transporte, que seria, por exemplo, a Transnordestina com 50% de financiamento pelo FDNE, parques eólicos, termelétrica, entre outros. Ressaltou que grande parte das cartas-consulta, que estão agora em análise, são Parques Eólicos de vários estados, entre Portos e as concessões das BR 324 e 116 que entrarão como sistema de pedágio. Destacou os problemas de estruturação da própria Sudene, que não tem corpo próprio que faça estudo de viabilidade econômica e hoje, por força de Lei, tem sido feito pelo BNB, o que acentua a demora e que foi, inclusive, solicitado ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, para que ele conseguisse agilizar alguns processos que estão há dois anos ainda em análise. Não havendo mais comentário sobre o assunto, o Superintendente convidou o Diretor do BNB, Senhor José Sidrião de Alencar, para proferir a apresentação do Relatório de 2009 sobre as atividades e resultados obtidos do FNE. O Diretor do BNB, desculpou-se pelo atraso ocorrido devido ao voo e iniciou sua apresentação, destacando que seu conteúdo não seria apenas focado na questão de resultados financeiros, mas também, referendando os impactos que o FNE repercutiu, no ano de 2009 e durante os 20 anos de sua criação para a Região. Continuou abordando os financiamentos concedidos por setor econômico, porte de beneficiários, as áreas prioritárias e por Estado, entre outras variáveis. Por outro lado foram examinados a movimentação financeira, a situação patrimonial e os elementos de natureza operacional. A par das informações prestadas, o Diretor Alencar participou aos Conselheiros e às autoridades presentes que o FNE cumpriu com seus objetivos de contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social, visto que, esses financiamentos resultaram em explícitas contribuições à ampliação, modernização e transformação da base infraestrutural e econômica de sua área de atuação, imputando diretamente sobre a produtividade, competitividade e inserção nos mercados de outras regiões e externos. Continuou explicando que o FNE foi pautado em função das estratégias e objetivos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e pelos marcos orientadores definidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Colocou que em termos setoriais, os financiamentos dispensados pelo FNE às atividades produtivas relacionadas ao meio rural, no exercício de 2009, atingiram R\$2,8 bilhões, representando 31,4% do total dos recursos contratados pelo Fundo. Destacou informações no âmbito dos setores industrial e de turismo e, ainda os setores de Comércio e Serviços, infraestrutura e agroindustrial. Explicou ainda, que os resultados alcançados dizem respeito a contribuição à produção bruta, ao valor agregado, à criação de empregos, pagamentos de salários e geração de receitas tributárias, no âmbito da economia regional. Voltando com a coordenação dos trabalhos, o Superintendente perguntou se haveria algum questionamento sobre o Relatório apresentado. O representante da CNC solicitou a palavra e perguntou ao Senhor Alencar do BNB, se nos dados apresentados com relação a Soja, sua produção e



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

comercialização, o tributo que incide nesta atividade seria, praticamente, igual ao que se paga de salário. Respondendo, o Senhor Alencar, concordou esclarecendo que, estes tributos, na verdade, seriam os impactos diretos e indiretos, envolvendo toda a cadeia da soja. O representante da CNC, Senhor Francisco Valdeci de Souza Cavalcanti, solicitou o registro que, de alguma forma, precisava-se de mudanças, pois os tributos, se equiparando com os salários, eram contraditórios, principalmente para este setor. Sem mais intervenções, o Superintendente explicou que havia colocado no último item da pauta a mudança do regimento interno do Condel, porém, sabedores que nesta época de eleições, seria muito difícil alcançar o *quorum* estabelecido pela maioria simples, 50% mais um, em concordância com o Presidente desta Reunião do Condel, o Senhor Nelson Machado e com o Ministro da Integração João Santana, estaria sendo retirado de pauta a proposta de redução para um terço a formação do quorum pelo motivo de ser, esta, uma situação passageira. Assim sendo, explicou que este assunto não será levado ao Presidente desta reunião, Senhor Nelson Machado, para aprovação *ad referendum*. Neste momento, o Secretário-Executivo do MF, solicitou a palavra e esclareceu que, com relação à questão do *quorum*, que, ocasionalmente, poderiam ser utilizados outros instrumentos para se realizar a Reunião do Condel, pois em um país Continental como o Brasil e a abrangência da Sudene do tamanho que é, fica difícil que as autoridades deste Conselho, possam se deslocar com rapidez para participarem desta atividade e sugeriu a utilização da videoconferência, como tem ocorrido pelo Condel da Sudam, com pleno sucesso, através de uma rede patrocinada pelo BASA, com salas ou agências em cada Estado, que têm o equipamento. Ponderou que, em ocasiões mais solenes, fossem realizadas reuniões presenciais. E solicitou que a Sudene estudasse juntamente com outros órgãos a possibilidade de ser utilizada a videoconferência. O Superintendente da Sudene endossou as palavras do Senhor Nelson Machado e que iria ser levantada e analisada a possibilidade de, as próximas reuniões, deste ano, possam acontecer por intermédio de videoconferências. O Senhor Paulo Fontana passou a palavra a Senhora Ivone Valente para que desse início a sua apresentação sobre as Ações do Governo Federal nas cidades atingidas pelas enchentes nos Estados de Alagoas e Pernambuco. Agradecendo o convite e pela oportunidade de apresentar sua palestra a este Fórum, que é constituído por estados onde sempre ocorrem desastres o ano inteiro, quando não pelas enchentes, ocorrências pelas secas, provocando danos muito significativos. Lembrou que quando aconteceu o evento das cheias os dois governadores (Alagoas e Pernambuco) se deslocaram para audiência com o Ministro João Santana e o Presidente da República, o grupo, percorreu os 2 Estados e foi constatado, no primeiro momento, o enorme estrago conseqüente pelas cheias, o que aconteceu devido a uma forte frente fria ocorrida no Sudeste e com a junção da frente fria com a forte umidade no oceano, provocou a instabilidade, resultando nas fortes chuvas naqueles estados. Destacou que eram sabedores destes dados, porém, o que não se esperava era que avançasse até o Continente, enchendo, rapidamente, os rios assoreados e a contribuição de alguns açudes da região, gerando o desastre. Explicou que sua Secretaria é o centro nacional de riscos e desastres do País e que, de imediato, interagiram com a defesa civil dos dois estados para monitorar e



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

identificas as primeiras necessidades. Mostrou quantos municípios foram afetados, o percentual da população atingida de Alagoas e do Estado de Pernambuco. Explicou que foi feito uma parceria com todos os Ministérios e com as Forças Armadas, no sentido que fossem identificadas, prioritariamente, as necessidades, como busca e salvamento, água, alimento e abrigo. Foi instalado o Comitê de Crise, que fica no Gabinete Institucional da Presidência da República, que é sempre instalado quando exige uma movimentação maior dos órgãos da Presidência e o deslocamento de estoques estratégicos de alimentos e abrigo, a exemplo de colchões e cobertores e, também foram montados comitês de crise nos gabinetes de cada Governador e a sala de operação da defesa civil para discussões operacionais. Quanto à comunicação, apesar do Ministério das Comunicações entrar com sua técnica, o que mais ajudou, nesse aspecto, foi a grande contribuição da rede nacional de rádio amadores, que são cadastrados para atuarem nessas situações de desastres. Ressaltou que foi criado um sistema de base de dados das doações públicas e privadas, porém, não se teve como saber, ao certo, quanto foi doado pela iniciativa privada, pois estes fizeram diretamente com os estados. Informou que estavam na fase de reabilitação de serviços essenciais e reconstrução e que foi autorizado, pelo Presidente, o repasse de R\$ 65 milhões para cada Estado e R\$ 200 milhões para reconstrução, através do Ministério da Integração. O Secretário de Planejamento do Estado de Pernambuco complementou que uma ONG Internacional também estava ajudando com kits de emergência para as populações, munidos de barracas para abrigo, colchões, etc. A Secretária falou que, inclusive, foi o que chegou primeiro, pois o mercado brasileiro, não dispunha de tantas barracas em breve espaço de tempo. Prosseguiu sua palestra, detalhando o que cada Ministério, incluindo as Forças Armadas, como Aeronáutica e Marinha contribuíram neste desastre. Finalizando, destacou o slogan da Defesa Civil: é um conjunto de ações voltado para minimização de desastres e não um órgão. Retomando a palavra o Superintendente agradeceu a excelente apresentação e aproveitando a presença do Secretário do Governo do Estado de Pernambuco que registrou a grande interação das ações entre os dois Governos, elogiando, também, a grande rapidez e eficiência do Governo Federal, para combater 180 litros de água por metro quadrado, que foi o volume registrado de chuva, criando a enxurrada que devastou os estados e que os resgates foram feitos por via aérea. Após sua explanação, a Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado de Alagoas solicitou a palavra para endossar as palavras do Secretário de Pernambuco, complementando que a Secretaria da Igualdade Racial se fez presente no Estado de Alagoas, mais precisamente, na comunidade Quilombola de União dos Palmares, gravemente atingida, e as ações de proteção ao meio ambiente. O Superintendente da Sudene agradeceu, registrando que a Secretária de Planejamento do Ceará informou sobre o Sistema de videoconferência do Ministério dos Transportes existente em todas as Secretarias de Planejamento, o que poderia ser muito útil ao Condel. Em seguida, passou a palavra para a Senhora Liana Carleial, Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que fez uma explanação sobre o quadro mundial, as tendências do desenvolvimento brasileiro e os desafios para o Nordeste, quando foram apontados os



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

principais entraves e as estratégias a serem utilizadas pela Região. As sugestões apresentadas pela Diretora teve como foco central uma mudança nas estruturas produtivas, entre as quais o adensamento das estruturas produtivas regionais através da complementação dos investimentos em curso, preenchendo elos faltantes das cadeias produtivas; o incentivo a investimentos que rompam com o padrão de renda local e ações que garantam a coesão territorial, com destaque para ações específicas no Semiárido nordestino. Ressaltou que o Nordeste ainda precisa de investimentos que rompam com sua estrutura de renda, colocando a Região num padrão tecnológico mais avançado, de fronteira, compatível com as demandas do mundo atual. Destacou o avanço na questão da educação e saúde e na área ambiental, como um dos grandes desafios para as políticas regionais em curso. Levantou também a questão de como recuperar o Nordeste como um ente federado, dificultando a construção de estratégias, pois, não se pode fazer desenvolvimento regional a partir dos estados federais. Finalizou afirmando que deveria ser alterada a estrutura produtiva para diminuir as desigualdades regionais. O Senhor Paulo Fontana agradeceu a excelente palestra perguntando se alguém gostaria de fazer uso da palavra. Neste momento, a representante da Frente Nacional dos Prefeitos, Senhora Prefeita de Natal, solicitou a palavra, cumprimentando a todos os presentes, ressaltando que esta era a 1ª reunião que estava participando e, agradeceu a excelente palestra da Senhora Liana que demonstrou que o Nordeste tem as perfeitas condições de se desenvolver e que tem caminhos que poderão ser traçados e ações que poderão realizadas. Lembrou que a Senhora Liana citou a Petrobrás e quis saber como poderia ser mais efetivo o apoio desse Órgão, no sentido do desenvolvimento dos municípios e estados do Nordeste. A palestrante lembrou que a Petrobrás, de certa forma, é prisioneira de seus acionistas, porém, a sua vertente estatal poderia ser muito mais usada em prol do desenvolvimento, exemplificando que a terraplanagem de Macabeiras, no Maranhão, por exemplo, nenhuma das empresas locais foram aceitas para a realização do serviço, existiam critérios que as excluíram, porém, essas regras poderiam ser modificadas, para o intuito do desenvolvimento da região, outro exemplo, é o gás da refinaria que vem de Três Lagoas, mas, poderiam utilizar outra matéria prima existente no local. Ressaltou que isto precisaria de uma forte articulação dos Governadores para trabalhar de forma cooperativa explorando suas potencialidades. Resumindo, colocou que a Petrobrás poderia internalizar suas necessidades na própria região. Finalizando, ressaltou que o instrumento principal seria o BNDES. Voltando com a palavra, a Prefeita aproveitou sua intervenção para enaltecer o Conselho da Sudene e que este importante Fórum, sim, poderia encontrar novas ações para que, além de se fortalecer, poderia diminuir este vácuo junto aos municípios e estados do Nordeste. A Senhora Secretária do estado de Alagoas, concordou com a Senhora Prefeita e, complementou, lembrando a dificuldade das políticas públicas, da descontinuidade das ações e da sustentabilidade e ressaltou a dificuldade de se trabalhar entre os estados. Neste momento o representante da CNC fez sua intervenção lembrando dos vetos quando da recriação da Sudene, pelo Presidente da República, que resultou em menos recursos para a Sudene, e consequentemente, para o Nordeste. O representante da CNI pediu a palavra para se



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

posicionar com relação a realização da Reunião do Condel ser por videoconferência, pois, em sua opinião, acrescentaria ainda mais o esvaziamento da Sudene e que, somente com o comparecimento presencial dos Governadores, Ministros e Classistas, é que a Sudene poderá ser fortalecida e continuou, perguntando as informações sobre o mecanismo de cobrança das dívidas do FNE, que foi discutido na reunião passada. Com a palavra, o Senhor Paulo Fontana explicou que a resolução foi findada na última reunião, ficando acertado que após 180 dias seria feita uma avaliação total. Perguntou ao Senhor Alencar, do BNB, sobre a demanda, mas o Senhor Superintendente, prometeu ao Senhor Conselheiro que na próxima reunião estará em pauta uma explanação do que de fato foi acrescido com tal resolução que contemplou um piso de 30%. O Diretor Alencar, do BNB, corroborou citando que as novas normas tiveram que ser adaptadas às normas de gestão financeira do FNE e que devem ser validadas pelo Conselho do Banco, por envolver mudanças no patrimônio do Fundo, porém, ressaltou que vários processos chegaram e serão analisados logo após a reunião do Conselho de Administração do BNB. O Superintendente passou ao próximo assunto com a apresentação sobre o FINOR pelo Senhor José Alan Teixeira, Superintendente da Área de Gestão de Recursos de Terceiros do BNB. O objetivo de sua palestra foi informar sobre a situação atual do FINOR, lembrou sua legislação básica, ressaltando o fluxo operacional do Fundo de Investimento. Mostrou a evolução do patrimônio líquido do FINOR, desde a extinção da antiga Sudene, passando a ser gerido pelo Ministério da Integração Nacional. Informou o valor de repasse dos recursos pela Secretaria do Tesouro Nacional até 30 de junho de 2010. Ressaltou a conciliação entre o FINOR, STN e a Receita federal (RFB), resultando em R\$196 milhões de Reais. Acenou que existia grande inadimplência da carteira de debêntures, porém, não existe um instrumento que venha a permitir o estorno da mora. Com uma simulação de caixa informou o demonstrativo da capacidade de realização do FINOR, considerando o acatamento de 50% das opções pela RFB. A idéia seria possibilitar a entrada de recursos neste Fundo e que a STN possa transferir os recursos que já haviam sido por ela reconhecidos, porém, ainda não repassados, referentes aos exercícios de 2004 a 2008. Destacou a cobrança administrativa decorrente da apuração dos desvios das aplicações dos recursos do FINOR pelo Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos – DGFI do Ministério da Integração Nacional e finalizou lembrando a participação deste Fundo no Projeto da Transnordestina Logística S/A. Sem manifestações, o Superintendente da Sudene, solicitou a apresentação do Senhor José Wellington dos Santos, Coordenador-Geral de Instrução de Processo da DGFI, sobre o Panorama atual do FINOR. Iniciou sua palestra saudando a todos da mesa e em seguida mostrou a quantidade de Projetos ainda ativos, o montante de empresas em implantação normal e as com estado apuratório. Nos projetos ativos o Fundo tem um total de 69% de recursos ainda para serem liberados. Demonstrou, por setor econômico, a situação dos projetos ativos com apuratório e os projetos ativos em implantação normal até 30 de junho de 2010. Finalizando, ressaltou que após o recebimento do Certificado de Empreendimento Implantado – CEI, as empresas devem prestar informações ao Ministério da Integração Nacional referentes aos projetos



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

pelo período de 10 anos e que atualmente o DGFI vem acompanhando 248 projetos que receberam o CEI, sendo que, no ano de 2009, 159 destes, prestaram as informações exigidas. Com a palavra, o Superintendente da Sudene, aproveitou para agradecer e parabenizar o palestrante pela a explanação. E, mais nada a acrescentar, encerrou a reunião, solicitando que fosse lavrada a presente Ata e que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Paulo Sérgio de Noronha Fontana, Secretário-Executivo do CONDEL e pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado, Presidente do Conselho Deliberativo da Sudene. A íntegra das discussões e apresentações ocorridas no Condel estão consignadas em gravação disponível aos Conselheiros, e o registro de presença dos Conselheiros e Autoridades Convidadas, devidamente assinado, constitui parte integrante desta Ata.

Nelson Machado
Presidente

Paulo Sérgio de Noronha Fontana
Secretário-Executivo

ORIGINAL ASSINADO